



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS -
<http://www.tre-ms.jus.br>

PROCESSO : 0001082-46.2024.6.12.8000

INTERESSADO : COORDENADORIA DE RECURSOS MATERIAIS

ASSUNTO : LICITAÇÃO_FASE EXTERNA_FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (CAFÉ, AÇÚCAR E CHÁ)

Parecer nº 688 / 2024 - TRE/PRE/DG/AJDG

Senhora Diretora-Geral em exercício,

I - RELATÓRIO.

Trata-se de análise da fase externa do Pregão Eletrônico nº 17/24, que tem por objeto a contratação de empresa para o fornecimento de materiais de consumo - gêneros alimentícios (açúcar, café e chá), conforme condições e formas previstas no edital e seus anexos (1618271, 1618336, 1618340 e 1618343).

A pregoeira, agente condutora do certame licitatório, apresentou o resultado dos trabalhos referentes ao pregão, conforme se aúfere nos documentos nominados Termos de Julgamentos (1629929, 1629932, 1629935 e 1629937).

Ao final da disputa, foram inicialmente declaradas vencedoras, haja vista terem comprovado o atendimento a todas as exigências editalícias as empresas, D. da Silva Duarte Transporte Ltda (item 1), Comercial de Alimentos Betania Ltda (item 2) MF Indústria Paulista de Café Ltda (item 3) e CLR Comércio de Produtos de Higiene e Limpeza, Saneante, Gênero Alimentício e Médico Hospitalar Ltda (item 4).

Da decisão da pregoeira, foi interposta intenção de recurso pela empresa Comercial de Alimentos Betania Ltda, no qual requer a desclassificação da empresa CLR, e declarada como vencedora e habilitada para o item 4 do Pregão 90017/2024, visto que a empresa não ser considerada ME/EPP.

A intenção foi aceita e as razões apresentadas no prazo regulamentar (1630739).

A empresa recorrida (CLR Comércio de Produtos de Higiene e Limpeza, Saneante, Gênero Alimentício e Médico Hospitalar Ltda), registrou as suas contrarrazões no prazo que lhe fora anotado (1635735).

Ao fim, sopesadas todas as razões recursais apresentadas, e considerada a manifestação da unidade técnica - a Seção de Análise Contábil-SACONT - que se manifestou na informação 5822 (1638825), concluindo que a empresa CLR está apta a enquadrar-se como EPP, a Pregoeira manteve a sua decisão em que declarou a recorrida vencedora da disputa, (Decisão 5, documento 1639324).

Por meio da informação de n.º 6246 (1640761), a pregoeira, agente condutora do certame licitatório, apresentou o resultado dos trabalhos referentes à sessão pública do pregão, juntando documentos que justificam os procedimentos relativos à publicação, à análise das propostas encaminhadas e à habilitação do vencedor. Encaminhou, ao final, o processo devidamente instruído para julgamento dos recursos, homologação do resultado da licitação e adjudicação do objeto.

É o que basta relatar.

II - FUNDAMENTAÇÃO.

Antes da análise da regularidade do procedimento licitatório em tela, faz-se necessária a avaliação do recurso apresentado pela empresa Comercial de Alimentos Betania Ltda (1630739).

Em resumo, a recorrente alegou que a empresa CLR Comércio de Produtos de Higiene e Limpeza, Saneante, Gênero Alimentício e Médico Hospitalar Ltda, não pode ser declarada ME/EPP, apontando que, analisando o Balanço Patrimonial exercício 2022, da referida empresa, verifica-se que obteve faturamento superior ao limite de classificação de empresas consideradas ME/EPP, que é de R\$ 4.800.000,00 e a receita bruta na demonstração de resultado de exercício foi de R\$ 5.478.317,06, e o item licitado é de exclusividade das ME/EPP. Ao final, requestou a reforma da decisão proferida, promovendo-se a desclassificação da proposta da empresa, e declarada como vencedora para o item 4.

Nas suas contrarrazões (1635735), a recorrida alegou que:

- a empresa não ultrapassou o valor permitido para o enquadramento, qual seja, R\$ 4.800.000,00;
- a empresa está classificada como ME/EPP no SICAF;

Em seguida, subsidiada pela manifestação da unidade responsável pela análise do balanço apresentado (id. 1638825), a pregoeira promoveu a análise do mérito do recurso, cuja parte final da decisão segue abaixo transcrita (1639324):

"...com base nos documentos acostados aos autos, bem como na informação da SACONT, que a empresa CLR enquadra-se como EPP, de maneira que atende a todas as condições habilitatórias deste certame, do exposto, das razões apresentadas e dos dispositivos legais supracitados, esta Pregoeira **CONHECE** do recurso apresentado pela empresa COMERCIAL DE ALIMENTOS BETANIA LTDA, **NEGANDO-LHE PROVIMENTO** quanto ao mérito, pugnano pela **CONTINUIDADE** deste Pregão 90017/2024..."

Observa-se, por todo o relatado, que o recurso apresentado se fundamenta especificamente na análise do Balanço Patrimonial de 2022, quanto ao faturamento anual. Deste modo, a decisão da pregoeira, bem como a análise jurídica em transcurso (e consequentemente a posterior decisão da autoridade competente com relação à homologação do procedimento), são vinculadas à manifestação da SACONT-Seção de Análise Contábel, unidade administrativa do Tribunal que detém, de forma exclusiva, o conhecimento técnico adequado para

analisar a controvérsia que se apresenta.

Pelo exposto, e observada as limitações acima elencadas, entende esta Assessoria Jurídica irreparável a decisão tomada pela pregoeira no julgamento do recurso.

Passa-se à análise da regularidade dos procedimentos adotados pela Administração na condução do Pregão n.º 17/2024.

O regramento a ser observado na fase externa do pregão, que tem por escopo selecionar a melhor proposta/lance à celebração do ato ou contrato desejado pela Administração Pública, está insculpido nos arts. 54 a 71 da Lei nº 14.133/2021. Esta fase desdobra-se nas seguintes etapas: (a) **abertura ou divulgação** – destinada a dar ciência aos terceiros da existência da licitação; (b) **competitiva** (julgamento das propostas e ofertas de lances) – objetiva a seleção da proposta/lance mais vantajosa (o), (c) **habilitação** – destinada a verificar se o licitante vencedor possui condições para satisfazer as obrigações inerentes ao objeto da licitação e (d) **encerramento** - onde a autoridade superior adjudicará o objeto e homologará a licitação ou, verificadas inconformidades ou vícios insanáveis, determinará o retorno dos autos para saneamento de irregularidades, revogará ou anulará a licitação.

Da análise dos atos praticados no presente certame licitatório, à luz dos dispositivos acima mencionados, é possível extrair as constatações a seguir.

Dispõe o art. 54 da NLLC que:

“Art. 54. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

§ 1º Sem prejuízo do disposto no **caput**, é obrigatória a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, bem como em jornal diário de grande circulação.

§ 2º É facultada a divulgação adicional e a manutenção do inteiro teor do edital e de seus anexos em sítio eletrônico oficial do ente federativo do órgão ou entidade responsável pela licitação ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, admitida, ainda, a divulgação direta a interessados devidamente cadastrados para esse fim.”

Compulsados os autos, temos que a divulgação do aviso se deu em conformidade com o aludido dispositivo. Pois vejamos. Autorizada a abertura da fase externa, o aviso de licitação foi publicado:

- a) No Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP (1619092);
- b) No Diário Oficial da União (1619096);
- c) Em jornal de grande circulação (O Estado) (1619100);
- d) No site deste TRE/MS na internet (1619101).

Procedeu-se, ainda, à divulgação no Portal de Compras do Governo

Nos termos do § 2º do art. 54, também foi disponibilizado o edital (e anexos) no sítio eletrônico do Tribunal na internet (1619101), além do encaminhamento de mensagem eletrônica para as empresas do ramo de mercado (1619106), dando-se ao certame licitatório em apreço a mais ampla publicidade possível.

Cumprido registrar, ainda, que, em consonância com a disposição constante na alínea "a" do inciso I do art. 55 da Lei nº 14.133/21, foi observado o interstício mínimo de 8 (oito) dias úteis entre a data da última publicação (16.04.2024) e a apresentação das propostas (30.04.2024).

Não houve nova impugnação ao instrumento convocatório.

Verifica-se dos Relatórios de Julgamento (1629929, 1629932, 1629935 e 1629937) que, no dia e hora previamente designados, diversas empresas encaminharam propostas de preços no portal de licitações, o que demonstra a ampla competitividade do certame.

Superada a etapa competitiva após a apresentação de lances sucessivos, e terem comprovado o atendimento a todas as exigências editalícias, foram declaradas vencedoras as empresas D. da Silva Duarte Transporte Ltda (**item 1**), Comercial de Alimentos Betania Ltda (**item 2**) MF Indústria Paulista de Café Ltda (**item 3**) e CLR Comércio de Produtos de Higiene e Limpeza, Saneante, Gênero Alimentício e Médico Hospitalar Ltda (**item 4**).

Ao fim da sessão foi apresentada e recebida intenção de recurso, encaminhada pela empresa Comercial de Alimentos Betania Ltda., que juntou tempestivamente as razões recursais (id. 1630739) .

A empresa recorrida (CLR Comércio de Produtos de Higiene e Limpeza, Saneante, Gênero Alimentício e Médico Hospitalar Ltda), registrou as suas contrarrazões no prazo que lhe fora anotado (1635735).

A Pregoeira, ouvida a unidade técnica (1638825), manteve a sua decisão em que declarou a recorrida vencedora da disputa, e negou provimento ao recurso interposto, fundamentando as suas razões na Decisão 5, documento 1639324.

A Assessoria Jurídica opinou pela regularidade da decisão proferida pela pregoeira.

Vencidas a contento todas as etapas da fase externa do presente certame, e observada a legalidade dos atos praticados pela pregoeira, entendemos que o procedimento se encontra passível de homologação, com o objeto apto a ser adjudicado à licitante declarada vencedora.

III - CONCLUSÃO.

Em face do exposto, que evidenciam a regularidade jurídico-formal da fase externa do Pregão n.º 17/2024, opinamos pelo prosseguimento do feito com:

1. **JULGAMENTO DO RECURSO** interposto pela empresa Comercial de Alimentos Betania Ltda, negando-lhe provimento;

2. **ADJUDICAÇÃO** do objeto as empresas vencedoras da licitação: D. da Silva Duarte Transporte Ltda (**item 1**), Comercial de Alimentos Betania Ltda (**item 2**) MF Indústria Paulista de Café Ltda (**item 3**) e CLR Comércio de Produtos de

Higiene e Limpeza, Saneante, Gênero Alimentício e Médico Hospitalar Ltda (**item 4**), nos termos do inciso IV do art. 71 da Lei nº 14.133/2021;

3. **HOMOLOGAÇÃO** do resultado da licitação; e

4. **LAVRATURA** dos termos de contrato administrativo e emissão das notas de empenho e das respectivas ordens bancárias de pagamento em favor das licitantes vencedoras.

É o parecer.

Campo Grande (MS), 22 de maio de 2024.

Fábio Affonso Jacob dos Santos

Assessor Jurídico - AJDG

Júlio César Souza Carvalho

Assessor Jurídico - AJDG



Documento assinado eletronicamente por **JÚLIO CÉSAR SOUZA CARVALHO, Assessor (a)**, em 23/05/2024, às 13:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1641200** e o código CRC **7142A5F9**.



0001082-46.2024.6.12.8000

1641200v29